

1

**ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO: REFLEXÕES E
PERSPECTIVAS DA 25^a REUNIÃO BRASILEIRA DE
ANTROPOLOGIA – GOIÂNIA – GO**

PATRIMÔNIO, LINGUAGENS E MEMÓRIA SOCIAL: PROBLEMAS, ESTUDOS E VISÕES NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA

Jane Felipe Beltrão¹
Carlos Caroso²

Por que patrimônio?

Patrimônio enquanto tema, na Antropologia, é candente, especialmente porque proporciona o conhecimento de linguagens diferenciadas e remete à memória social, através da qual se constroem e se reconstroem as identidades de grupos, de sociedades, de nações e de povos. As chamadas bienais para acolhimento de proposições para organizar grupos de trabalhos nas reuniões brasileiras de Antropologia sempre despertam interesse de muitos pesquisadores, que respondem a estas apresentando um grande e diversificado número de propostas para organizar grupos de trabalhos, mesas redondas, simpósios, cursos, entre as múltiplas atividades do evento. A diversidade de seus conteúdos tem dois efeitos aparentemente contraditórios. Se, por um lado, estimula a concorrência e desperta rivalidades entre grupos e indivíduos, por outro traz à luz uma dinâmica no avanço do conhecimento no campo das antropologias, sendo ambos os efeitos de suma importância para que se compreenda o estado da arte e para que se enriqueça o debate. Diante desta realidade, o Conselho Científico da Associação Brasileira

¹ Doutora em História pela UNICAMP. Professor Associado do Departamento de Antropologia/UFPA. Pesquisador II do CNPq.

² Ph.D. em Antropologia pela UCLA. Professor Associado do Departamento de Antropologia e Etnologia-FFCH/UFBA. Pesquisador I-D do CNPq. Diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/UFBA.

de Antropologia (ABA) encontra grande dificuldade para decidir sobre a programação a ser observada durante os eventos. Por ocasião dos preparativos da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), a escrita se manteve.

Na Reunião que se realizou em Goiânia, o Conselho da ABA teve uma atitude visionária, valorizando as questões relativas ao patrimônio e acolhendo, em sua programação, dois simpósios intitulados *Memória e esquecimento: rastros da ditadura e reconstrução da memória social e Antropologia* e *Museus: revitalizando o diálogo*, uma mesa redonda denominada *Antropologia na cidade e políticas patrimoniais*, uma oficina sob o título *O antropólogo face às novas políticas de patrimônio*, três grupos de trabalho chamados *Antropologia, Memória e Narrativas*; *Educação patrimonial: perspectivas e dilemas*; *Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e identidades*; e *Patrimônio, linguagens e memória cultural*, além de um Colóquio sobre *Patrimônio Cidadania e Direitos Culturais*. Este último foi realizado após a reunião na cidade de Goiás, visando a promover uma apreciação das discussões iniciadas no âmbito da reunião de Goiânia e a abrir a discussão a novas perspectivas e olhares interdisciplinares, com a presença de antropólogos, arqueólogos, museólogos e de outros profissionais que têm como objeto de suas preocupações e ocupações o patrimônio histórico-cultural.

À amplitude de espaços específicos destinados às discussões do tema, somou-se aquela ocorrida nos demais grupos de trabalho que têm “relação com” ou “implicações e repercussões sobre” o tema patrimônio, muito particularmente saberes e práticas, o mote da reunião³. Todo este conjunto de eventos permite-nos considerar que esta foi a reunião da ABA em que se conferiu maior importância à questão entre todos os eventos promovidos pela Associação, evidenciando pelo menos duas questões: 1) que os problemas e seu estudo ganham crescente importância no meio acadêmico-científico; e 2) que os antropólogos, coerentes com tradições de estudo, vêm, nos bens patrimoniais, a representação de seu objeto de estudo, estando dispostos a discutir e a compartilhar com outros profissionais o conhecimento e as estratégias para sua proteção, guarda, conservação

3 Cf. ABA. *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia, 2006 e ainda LIMA FILHO, Manuel Ferreira & BEZERRA, Márcia. *Os caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia, Alternativa, 2006 publicação lançada durante a 25ª RBA.

e retorno de conhecimento para as comunidades de onde esses bens provêm, porque aqueles bens são representações de culturas, de povos e de sociedades pretéritas e contemporâneas.

Destarte, a crescente corrida ao tema, que se verifica a partir da última década do século XX, traz a possibilidade de tratar o patrimônio e as questões referentes ao mesmo de forma multifacetada e, principalmente, permite identificar a natureza, a formação e a preservação de acervos de bens simbólicos. Seu emprego social, sua percepção e valoração, como proposto por nós, coordenadores do Grupo de Trabalho denominado *Patrimônio, linguagens e memória social*, ainda se fazem urgentes na discussão para encontrar caminhos para por em prática os efeitos de discussões como esta que se trava no âmbito da Reunião Brasileira de Antropologia.

Os motivos que nos levaram a propor o Grupo de Trabalho⁴ para a programação na Reunião foram principalmente de três ordens. Primeiro, por interessarem-nos as abordagens da configuração dos registros socialmente valorizados e as investigações sobre os procedimentos relativos à preservação aplicada aos itens e aos repertórios assim reconhecidos, pois somos responsáveis pela guarda, preservação e curadoria de acervos etnográficos pertencentes à Universidade Federal do Pará e à Universidade Federal da Bahia. Nosso pensamento era compreender a pesquisa de caráter antropológico acerca das linguagens expressivas, da produção artística, da criação estética das instituições e das praxes relacionadas ao campo. Segundo, observando e valorizando a tradição antropológica, os estudos arqueológicos e de semióforos nos interessavam sobremaneira, tanto pelo emprego como pelo uso dos mesmos. Terceiro, e não menos importante que os dois motivos anteriores, reservamos espaço especial para as políticas de patrimônio que envolvem preservação, guarda, conservação e estratégias de gestão de bens culturais, promoção de exposições, musealização – e concedemos especial atenção, aos estudos sobre políticas de preservação e sobre as relações entre memória e imaginário social, tão caras aos objetivos do grupo.

⁴ A proposta inicial do Grupo contou com a participação de Ordep Serra, do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA. Contudo, as restrições com relação à participação de coordenadores oriundos de uma mesma instituição e Unidade da Federação, afóra a restrição referente ao número de profissionais na coordenação de GT, fez Ordep debatedor com participação intensa não apenas do debate, mas da própria coordenação dos trabalhos.

Resposta ao desafio

Lançado o desafio, recebemos as demandas oriundas do Brasil e do exterior. No processo de seleção, acolhemos dezesseis propostas para integrar a programação do Grupo com base no conteúdo dos títulos e dos resumos encaminhados. Nem todos os trabalhos inscritos foram apresentados no evento, pois seus autores não se fizeram presentes. Apesar de seis ausências, discutiu-se intensamente os dez artigos apresentados.

A diversidade de questões e de problemas abordados nos trabalhos apresentados favoreceu a discussão, oferecendo suporte às propostas encaminhadas. A discussão acadêmica foi feita em um único dia, compreendendo três sessões, de modo que os trabalhos foram organizados em conjuntos temáticos⁵. Para o primeiro conjunto, as comunicações se organizaram sob o tema do *Patrimônio, guarda e extroversão*, sendo para este acolhidos os trabalhos apresentadas por Carlos Alberto Etchevarne (UFBA), *Patrimônio arqueológico da Bahia. Breves considerações sobre o estado atual da questão*; por Alejandra Saladino (UERJ) *Apropriações e valorizações do patrimônio arqueológico brasileiro: a criação do museu de arqueologia de Itaipu*; por Luiz Coimbra Nunes (UCG) e Héliida Joane Viana Leite (FCCM), *Vinte anos de pesquisa arqueológica pelo Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá (FCCM)*; por Alexandre Fernandes Corrêa (UFMA), *Museu Mefistofélico: significado cultural do tombamento da coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro (1938)*; por Ordep José Trindade Serra (UFBA), *Candomblé e museus: a memória violentada*; e por Andréa Lúcia da Silva de Paiva (UFRJ), *Nos campos das memórias escravas: a necessidade de colecionar para patrimoniar*.

No segundo conjunto, articulado sob o tema *Imagens, memórias e religiosidade*, foram incluídos os trabalhos de José Cláudio Alves de Oliveira (UFBA), *Ex-votos da “sala de milagres” do Santuário de Bom Jesus da Lapa na Bahia: semiologia e simbolismo no patrimônio cultural*; de Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (UFBA), *Teatros da memória, palcos de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas em exposições*; de Xavier Gilles Vatin (UFBA), *Patrimônio imaterial, memória social e pesquisa antropológica: o exemplo do projeto Nzila*; de Marcelo

⁵ Os trabalhos e autores referidos no texto estão arrolados nas publicações do evento indicadas ao final.

Eduardo Leite (UNICAMP), *Vestígios do século XIX – acervos fotográficos e (re) construção de identidades*; e de Fabíola Guimarães Aud Ferreira (UCG), *Proposta catalográfica de imagens fixas e sua aplicação no Acervo Fotográfico Etnológico do IGPA/UCG*.

No terceiro e último conjunto de apresentações, em torno de *Identidades, linguagens e patrimônio*, foram incluídos os trabalhos de Rogério Proença Leite (UFS), *Patrimônio e gentrificação: a consumo cultural da cidade*; de Margarida do Amaral Silva (UCG) e Claudia Helena dos S. Araújo (UCG), *A construção do conhecimento não-formal no contexto histórico e cultural da cidade de Goiás*; de Ana Cristina Elias (UCG), *Oficinas de arte indígena sobre papel: espaço de interculturalidade e humanização na casa do índio em Goiânia*; de Ana Laura Gamboggi (UAM-I), *Futuro represado, futuro destruído: símbolos em transformação, identidade e patrimônio num caso de deslocamento populacional no nordeste brasileiro*; e de Júlio Cesar Schweickardt (FIOCRUZ), *O pensamento médico na belle époque amazônica*.

Poucas certezas, muitas dúvidas...

Algumas questões nortearam o debate, além de tantas provocações acadêmicas inscritas nos artigos apresentados. Uma primeira questão que por si só levanta muita polêmica se refere a coleções constituídas por força de ação repressiva, fundada em questões étnico-raciais, que em nada lembram o que compreendemos como pesquisa na Antropologia. Este é caso da *Coleção Museu de Magia Negra da Polícia Civil do Rio de Janeiro* e da *Coleção Nina Rodrigues*, do antigo Museu Nina Rodrigues, hoje Estácio de Lima, em Salvador, que, segundo Corrêa (2006) e Serra (2006), se formaram, nas primeiras décadas do século XX, via processos de acusação de ação policial e psiquiátrica contra práticas de magia, feitiçaria e bruxaria no País. Na discussão, ficou evidente o papel que desempenham na formação e na comunicação, até os dias de hoje, de imaginário racista e de pensamento criminológico fundado no racionalismo. Ganharam relevância, no debate, as vicissitudes dessas coleções, contestadas que são por movimentos políticos contemporâneos, dada a ocultação de documentos correlatos ou de algumas de suas próprias peças.

Outra questão de grande relevância se refere à identificação, à coleção e à divulgação de bens patrimoniais por amadores, que, embora muitas vezes movidos pela curiosidade ou mesmo bem intencionados, podem contribuir para a destruição daqueles bens, especialmente quando se trata de sítios arqueológicos. Neste aspecto particular, considera-se que a “constituição” de coleções supostamente etnográficas apresenta sérios problemas, frequentemente representados pela identificação, pela caracterização, pela contextualização e pela classificação dos objetos, que são muitas vezes trabalhadas e referenciadas pós-coleta, quando já se perderam aspectos essenciais a seu respeito. Outrossim, considera-se necessário reconhecer os guardiões da memória, sem esquecer os agentes produtores como faces de uma mesma moeda para evitar “exotização” etnocêntrica. Como informa Paiva (2006), faz-se necessário ampliar e explorar a noção de colecionamento a fim de nos permitir estender os estudos sobre “patrimônio” enquanto categoria de “memória”, “propriedade” e “apropriação”, pois muitas vezes as referidas categorias não são consideradas importantes.

Diante dos questionamentos sobre a formação de coleções de maneira “expúria”, as discussões reclamam uma imperiosa postura ética na prática de musealização, pois esta atitude e cuidado oferecem o norte do conhecimento de processos e de contextos.

Na esteira da discussão, Cunha (2006) mostrou que as exposições sobre culturas africanas e sobre as diásporas negras revelam a manutenção de uma série de imagens recorrentes. São sintonizadas com os discursos sobre o negro no continente africano e sua presença em diversas culturas a partir do processo de diáspora. E, para apontar permanências, recorrências e inovações nos discursos museológicos sobre o tema, discutiu conteúdos imagéticos e textuais de exposições realizadas no nordeste brasileiro (Salvador e Recife), bem como em Lisboa (Portugal), Paris (França) e Tervuren (Bélgica).

O trabalho de Vatin (2006) trouxe para o Grupo preocupações sobre as tradições religiosas de origem bantu, informando sobre o mapeamento e sobre o estudo antropológico e etnomusicológico das comunidades e das tradições religiosas de origem bantu – candomblés de nação angola, congo, paketan, amburaxó – na Bahia. A partir do projeto Nzila, realizou trabalho de campo nos terreiros e, via entrevistas gravadas e filmadas, registrou, de forma audiovisual, os repertórios

musicais – vídeo e fotográfico –, a vida que pulsa nos espaços de religiosidade, incluindo rituais. O acervo produzido pelo Nzila “inova” em termos museológicos, pois prevê a manutenção e a guarda do acervo pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (UFBA) em parceria com os representantes das comunidades envolvidas. Estabelecendo as condições de acesso e de uso, esta estratégia permite materializar e fixar patrimônio em grande parte imaterial.

Procedimentos e acordos adotados pelo Nzila precisam considerar: 1) seus impactos, levantando qual o valor de tais acervos para as comunidades estudadas; 2) de que forma a memória social e o uso tradicional da oralidade podem ser alterados pela interferência e fixação de conteúdos imateriais em suportes técnicos de conservação audiovisual. Por outro lado, permite a existência de diálogo entre comunidades e pesquisadores, diminuindo os atritos, comunicando a diversidade e preservando a memória e o patrimônio a ela associado (ABREU & CHAGAS, 2003). A constituição de coleções negociadas e discutidas com os guardiões de determinadas tradições permitem a comunicação museal a públicos que não necessariamente comungam da tradição, fato que, de alguma forma, permite a existência de propostas de exibição que contemplam procedimentos e saberes locais e acadêmicos, numa partilha pouco usual no Brasil (SUANO, 1990).

Contata-se, contudo, que a falta de especialistas e de ações de educação em patrimônio leva ao esgarçamento das fronteiras éticas, resultando em efeitos danosos, o que implica a recomendação de se ampliar a formação de especialistas que tenham formações e visões com amplitude suficiente para romper as fronteiras da disciplinaridade e do tecnicismo exacerbados, de modo que se permita produzir cuidados e tratamentos adequados às questões referentes ao patrimônio e aos bens culturais que o integram, estejam ou não colecionados.

Considerou-se ainda como preocupante a exposição de objetos arrolados a partir de tipologias inconsistentes, porque desprovidas de conhecimento produzido como resultado de proposta teórico-conceitual, as quais resultam na promoção da idéia do “exótico pelo exótico”, pois comunicam informações descontextualizadas. Este reconhecimento resulta na diferenciação necessária entre bens patrimoniais representados por fragmentos, que são objetos coletados ao acaso e sem critérios por amadores ou por pessoas não detentoras

de conhecimento técnico-científico apropriado, e por artefatos, que são aqueles objetos que resultam de resgates fundados em pesquisa etnográfica e/ou arqueológica que observa proposta teórico-metodológica previamente definida. Neste aspecto particular, destaca-se que algumas descrições indicam unicamente os lugares onde os objetos são encontrados, sem qualquer tratamento sistemático sobre seus produtores e usuários, especialmente quando temos excelentes obras de referência sobre o assunto (RIBEIRO, 1987; RIBEIRO (Berta), 1988; ACAYABA, 2000).

Uma possível analogia para estas descrições é de “fotografia sem gente”, apresentando uma visão estática de cultura que nem mesmo incorpora as idéias da tradição culturalista boasiana, duramente criticada, mas cara aos antropólogos e a outros profissionais cujas preocupações se referem à cultura e aos bens que a concretizam em seu aspecto tangível, os quais certamente incorporam o significado considerado intangível por não serem acessíveis ao contato material, contudo preñes de simbolismo e acessíveis aos sentidos.

As relações estabelecidas entre coleções e “tesouros” ou “horrores” podem ser identificadas como decorrentes do etnocentrismo e do racismo que está embutido nas circunstâncias de constituição das mesmas. Os exemplos se sucedem, mas no grupo se destacaram as coleções que resultam de ação violenta e repressiva e que indicam explícita violação de patrimônios religiosos pela polícia: apropriação de objetos rituais indígenas, que, crescentemente, vem gerando demandas às instituições guardiãs de acervos com essas características e, em alguns casos, reclamações para que seja feita a re-integração de posse de bens que representam as tradições culturais de um grupo e que recebem tratamento considerado impróprio por parte daqueles que se consideram legítimos sucessores dos grupos que os produziram e que lhes atribuíram significados.

Aponta-se ainda a necessidade de tornar presente a contextualização política que informa a constituição das coleções, especialmente quando essas resultam de expropriação cultural, bem como o desenvolvimento de sistemas de catalogação e de disponibilização de informações compatíveis com a complexidade da problemática a ser enfrentada. A contribuição de Ferreira (2006) à discussão trouxe luz à questão de condicionamento e comunicação,

embasada nos referenciais teóricos das Ciências da Informação e dos Sistemas de Informação no diálogo com a Etnologia e suas aplicações, a autora apresentou proposta de ficha catalográfica, cujos campos, no seu conjunto, organizam a informação e contemplam interfaces que garantem o fluxo de informação de maneira regular e concisa para que a sociedade tenha acesso efetivo às informações de inestimável valor histórico, cultural e étnico brasileiro armazenadas em acervos, inicialmente o trabalho foi feito para contemplar o acervo do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, que contem aproximadamente 120 mil imagens fixas, mas pode ser estendida a outras coleções.

Ficam evidentes os grandes desafios para a classificação etnográfica de coleções diversificadas em seus aspectos sincrônicos e diacrônicos, que se integram e se separam, e espaciais, que os contextualizam socialmente, além da reconstrução de seus conceitos de forma a não reproduzi-los de maneira grotesca, mas como mimese da alteridade representada nos acervos de bens culturais.

É importante observar e destacar como a discussão sobre patrimônio alcança nuances não contempladas sistematicamente pelas instituições, embora o arsenal de evidências, destacadas pela Antropologia, se façam sentir, aqui e ali, tenuemente há mais de um século. Hoje, mais do que antes, ganha singular importância a discussão de imagens e de sua importância para a memória e para o patrimônio. Leite (2006), por exemplo, apresentou estudo sobre produção de *cartes de visite* realizadas no Brasil na segunda metade do século XIX, buscando identificar os traços peculiares existentes nesta produção imagética, apresentando os profissionais da fotografia como mediadores que se posicionam entre as vontades específicas da clientela (numa sociedade em transformação) e a feitura do produto final, os retratos fotográficos. As imagens indicam que as coleções de retratos existentes em nosso país são, invariavelmente, fontes preñhes de indicativos que nos auxiliam a entender a sociedade brasileira.

Parece-nos relevante reconhecer, neste momento em que buscamos conhecer a problemática associada ao patrimônio e traçar políticas adequadas para sua identificação, guarda, conservação e acesso para promover a educação em todos os níveis, que não é impossível escamotear a força e a voz de lideranças etnicamente diferenciadas

contra a pilhagem de bens culturais (tangíveis e intangíveis). Secularmente, a pilhagem foi conduzida em aldeias, quilombos, templos religiosos, entre tantos outros espaços de saberes e de tradições. Bens patrimoniais foram, e ainda são, dilapidados de grande parte de suas informações e de elementos representativos das culturas de origem, até mesmo pela violência institucional e física. Terminam transferidos para coleções privadas, distantes do acesso público, ou inadequadamente expostos em coleções públicas, porque descontextualizados ou erroneamente informados.

Essa discussão ganha foros de direitos étnicos e de direitos humanos de forma mais ampla, contemplando questões negligenciadas em passado recente. Portanto, chegam ao tema novos especialistas, e outros pontos de vista passam a ser incorporados na concepção sobre o patrimônio e na defesa dele. A Antropologia, que parecia tratar de questões “menores”, como saberes e tradições de povos etnicamente diferenciados e minorias sociais de nuances várias, impõe-se às discussões, pois as dimensões tidas como novas fazem parte de uma cultivada tradição científica que jamais precisou referir “imaterialidades”, como querem alguns, para os estudos referentes à cultura, uma vez que sempre tratou do assunto sem esquecer os aspectos simbólicos presentes em quaisquer práticas sócio-culturais.

Referências Bibliográficas

ABA. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia: 2006.

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ACAYABA, Marlene Milan (coord.). **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000 (Volumes: 1. Alimentação, 2. Construção, 3. Costumes, 4. Objetos, 5. Equipamentos).

CORRÊA, Alexandre Fernandes. “Museu Mefistofélico: significado cultural do tombamento da Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro (1938)”. *In*: ABA. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia: 2006.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. “Teatros da memória, palcos de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas em exposições”. *In: ABA. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia: 2006.

FERREIRA, Fabíola Guimarães Aud. “Proposta catalográfica de imagens fixas e sua aplicação no acervo fotográfico etnológico do IGPA/UCG”. *In: ABA. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia: 2006.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira & BEZERRA, Márcia. **Os caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006 [publicação lançada durante a 25ª RBA].

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. “Nos campos das memórias escravas: a necessidade de colecionar para patrimoniar”. *In: ABA. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia: 2006.

RIBEIRO, Darcy (ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1987 (Volumes: 1. Etnobiologia, 2. Tecnologia indígena, 3. Arte Indígena).

RIBEIRO, Berta G. **Dicionário de Artesanato Indígena**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988.

SERRA, Ordep José Trindade. “Candomblé e Museus: a memória violentada”. *In: ABA. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia: 2006.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VATIN, Xavier Gilles. “Patrimônio imaterial, memória social e pesquisa antropológica: o exemplo do projeto Nzila”. *In: ABA. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Programação impressa em papel e cd-rom. Goiânia: 2006.